

RELATÓRIO PARCIAL DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA COMISSÃO DA CRISE

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA INTERNACIONAL

DATA: 12/5/2009

TEMA: Impacto da crise econômica no mercado de trabalho de Minas Gerais

CONVIDADOS:

Elaine Noronha Nassif, Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho;
Alysson Paixão Alves de Oliveira, Superintendente Regional do Trabalho e
Emprego em Minas Gerais;

Vilson Luiz da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
Estado de Minas Gerais – Fetaemg –;

Gilson Luiz Reis, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do
Brasil – CTB –;

Marco Antônio de Jesus, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT -
MG;

Antônio da Costa Miranda, Presidente da Nova Central Sindical do Brasil – NCST –;

Rogério Fernandes, Presidente da Força Sindical de Minas Gerais;

Paulo César Dias Souza, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT.

EXPOSITORES:

Alysson Paixão Alves de Oliveira, Superintendente Regional do Trabalho e
Emprego em Minas Gerais;

Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg;

Murilo Ferreira da Silva, Diretor, representando Gilson Luiz Reis, Presidente da
CTB;

Marco Antônio de Jesus, Presidente da CUT - MG;

Antônio da Costa Miranda, Presidente da NCST;

Sérgio Augusto, Diretor, representando Rogério Fernandes, Presidente da Força
Sindical de Minas Gerais;

Leonardo Vítor Siqueira, Secretário para Assuntos Jurídicos, representando Paulo César Dias Souza, Presidente da UGT.

PARLAMENTARES PRESENTES:

Efetivos: Dep. Sebastião Helvécio / PDT (Coordenador); Dep. André Quintão / PT Dep. Antônio Júlio / PMDB ; Dep. Domingos Sávio / PSDB; Dep. Jayro Lessa / DEM Dep. Wander Borges / PSB.	Outras Presenças: Dep. Carlin Moura / PC DO B; Dep. Rosângela Reis / PV.
---	---

EXPOSIÇÕES

Alysson Paixão Alves de Oliveira, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, Alysson Paixão, percorreu sobre os efeitos da crise no mercado de trabalho, por meio da apresentação de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged. Ressaltou que no ano de 2009, em Minas Gerais, a variação nos postos de trabalho foi muito elevada, houve o registro de saldo negativo de 28.430, em janeiro, e de 800, em fevereiro. Entretanto, em março, o setor começou a se recuperar, apresentando saldo positivo de 9.234 novos postos de trabalho.

A Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais, tendo em vista a sua previsão de um volume grande de demissões no final do ano, trabalha, conjuntamente com os empregadores, na tentativa de manutenção desses empregos. Sobre essa política, inicialmente, a solução encontrada foi extraída de uma modalidade do seguro desemprego: o Bolsa Qualificação, que devidamente homologado pelo sindicato da categoria, prevê a suspensão do contrato de trabalho por parte da empresa. A adesão foi expressiva, nas áreas de siderurgia e mineração do Estado. Até o mês de março, 31 empresas efetuaram a suspensão

do contrato de trabalho, beneficiando 1.150 trabalhadores. Essa medida visa substituir a demissão, haja vista a possibilidade de a empresa se recuperar durante essa suspensão, que varia de três a cinco meses, período em que o trabalhador recebe pelo Bolsa Qualificação o equivalente ao seguro-desemprego, sendo obrigado a comparecer a um curso de qualificação ministrado pelo Sistema S.

Além disso, independente dos efeitos da crise detectados no final do ano de 2008, o Superintendente observou que a falta de qualificação é um inibidor para a geração de novos postos de trabalho. Assim, visando minorar esse aspecto, o Ministério do Trabalho e Emprego vem investindo em políticas de qualificação profissional. Estão sendo desenvolvidos planos setoriais e nacionais de qualificação dos trabalhadores que são beneficiados com o Bolsa Família. Ademais, começará, a partir dos meses de junho e julho de 2009, um Plano Setorial de Qualificação – Planseq de afrodescendentes, voltado para a área de comércio e serviço. Inicialmente, neste ano, serão contempladas 25 mil pessoas em todo Brasil, sendo 20% do total em Minas Gerais (aproximadamente 7 mil trabalhadores), num maciço trabalho de recolocação de mão de obra no mercado. Pela primeira vez na história, é feito um plano nacional de qualificação, voltado para uma categoria determinada.

Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg

O Presidente da Fetaemg, Vilson Luiz da Silva, destacou a importância de se considerar os aspectos do assalariamento, da agricultura familiar e do avanço tecnológico na discussão do Impacto da crise econômica no mercado de trabalho de Minas Gerais.

Na qualidade de representante da categoria, questionou, se os empresários não estariam aproveitando a crise para demitir os funcionários, uma vez que antes desse momento o sindicato fazia 2 ou 3 homologações de desemprego por dia e hoje o volume de demissões chega a até 30 por dia.

No que diz respeito ao avanço tecnológico, foi ressaltado que o meio rural vivencia, atualmente, dois impactos: o da crise e o da substituição da força de trabalho humana pela máquina. Devido ao avanço da automatização, o expositor questionou a eficácia de se qualificar os trabalhadores. Mesmo a qualificação para operar máquinas agrícolas não seria útil para todo o universo de trabalhadores,

uma vez que uma máquina que substitui 200 trabalhadores necessita somente de dois a quatro trabalhadores para operá-la, ficando o restante desempregado. Dessa forma, os trabalhadores acabariam migrando para a cidade na expectativa de conseguir emprego.

A situação descrita, ainda, seria agravada pelo fato dos Sindicatos e os empresários rurais não estarem conseguindo avançar nos acordos coletivos no que se refere ao prazo de substituição de mão de obra por máquina, conseguindo, no máximo, renovar as convenções já realizadas.

O expositor considera que o problema do desemprego também se deve ao fato de os empresários estarem vendendo e exportando menos, o que provoca um aumento das demissões. Assim, buscando garantir mais investimentos para o setor, a Fetaemg pleiteou, junto ao governo federal, 22 bilhões de reais (para a próxima safra) para o setor rural.

Considerando que a agricultura familiar seja responsável pela maioria dos alimentos consumidos no Brasil, Wilson Luiz defende a reforma agrária, sob o argumento de que o acesso à terra pelo trabalhador desempregado possibilitaria a geração de emprego e renda ou ao menos a obtenção de recursos que garantissem a subsistência do trabalhador. Tal medida poderia ser também utilizada para amenizar os efeitos da crise.

Além disso, o expositor defendeu o Programa Territórios da Cidadania, lançado pelo governo federal, como alternativa à promoção do desenvolvimento econômico e territorial sustentável.

Principais sugestões apresentadas

- Investimento intensivo na agricultura familiar.
- Implementação da reforma agrária para a geração de emprego e renda.

Marco Antônio de Jesus, Presidente da CUT - MG

O Presidente da CUT-MG, Marco Antônio, destacou que os impactos da crise têm sido bastante negativas para a classe trabalhadora, principalmente no setor da metalurgia. As negociações coletivas feitas até outubro de 2008 teriam conseguido obter reposição salarial com aumento real, ao contrário daquelas com

data base a partir de novembro daquele ano, tendo em vista os impactos da crise no ano.

Marco Antônio discordou dos números de demissões apresentados pelo Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, afirmando que no setor metalúrgico, em Betim ocorreram 15 mil demissões, em Belo Horizonte 10 mil, sem considerar as demissões da companhia Vale e dos bancos públicos, o que totaliza cerca de 100 mil demissões em Minas Gerais.

Ressaltou o fato das empresas estatais privatizadas, como a Vale e a Usiminas, serem as que mais demitiram, além do fato dessas empresas tentarem impor medidas para flexibilização das condições de trabalho, como a redução da jornada juntamente com a redução do salário.

Destacou que a falta de qualificação profissional não pode ser considerada como o motivo das demissões, pois a questão das demissões seria estrutural, ou seja, consequência da substituição do trabalhador pela máquina.

Principais sugestões apresentadas

- Criação de condições, pelo governo, para garantia do emprego e dos postos de trabalho.
- Exigência da contrapartida de manutenção de empregos nas empresas que se utilizam de recursos públicos.
- Isenção do pagamento das contas de luz e água e do transporte coletivo para os desempregados, enquanto perdurar a crise.
- Implementação da reforma agrária para reduzir os impactos da crise.
- Redução da jornada de trabalho sem a redução do salário, com vistas à criação de 2,5 milhões de empregos.
- Apoio à ratificação no Congresso Nacional da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, que proíbe a demissão imotivada.

Antônio da Costa Miranda, Presidente da NCST

O Presidente da NCST considerou a concentração de renda e o enriquecimento à custa dos trabalhadores como os principais problemas a serem resolvidos. Esses problemas seriam visíveis no setor de siderurgia, que apresentou

lucratividade alta nos últimos anos e que, mesmo assim, apresentou um número elevado de demissões nesse período de crise. Para ilustrar a afirmação, destacou que empresa Vale poderia, ao invés de demitir, ter adotado outras medidas, tais como férias coletivas e treinamento intensivo para os trabalhadores. Todavia, vários postos de produção da Vale foram fechados nesse período: três minas em Barão de Cocais, a Mina do Feijão em Brumadinho e a Mina de Mar Azul em Nova Lima. Ressalta-se que os Municípios em que essas minas se encontram vivem da mineração, por isso, além da quantidade de trabalhadores desempregados, tais Municípios perderam muito de suas receitas.

Em relação aos postos de trabalho, salientou que houve a diminuição de mais de 753 mil postos no Brasil, sendo mais de 100 mil em Minas Gerais.

Antônio da Costa ressaltou, também, a contradição entre as informações de empresas sobre o elevado custo da folha de pagamento e os dados divulgados, em 2008, pela Arcelor Mittal, cujos gastos com pessoal representariam apenas 1,01% do faturamento.

Ademais, salientou que o setor do agronegócio teve um recuo de aproximadamente 11%, ao contrário da expectativa de que, com a crise econômica, a produção de alimentos se elevaria e que o Brasil seria o local adequado para o aumento da produção. Isso ocorreu devido à falta de incentivos no Brasil, em cujas terras ociosa se poderia estar produzindo.

Acerca do cenário das políticas federais, considerou que o projeto Minha Casa, Minha Vida apresenta problemas, uma vez que as empresas, em Minas Gerais, argumentam não conseguirem produzir uma casa pelo valor oferecido pelo governo (46 mil reais), sendo a demanda pelo benefício do projeto maior do que a oferta. Outro problema seriam os entraves burocráticos que dificultariam o início dos investimentos públicos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, sendo necessário flexibilizar as exigências burocráticas.

Além disso, destacou a política de centralização que a Cemig está implantando em Belo Horizonte para reduzir custos, causando a redução, somente em Pouso Alegre, de 100 postos de trabalho diretos, o que gerou a diminuição de 500 mil reais na circulação de recursos no Município.

Principais sugestões apresentadas

- Valorização do salário mínimo, por meio da criação do salário mínimo estadual (a exemplo do que foi feito no Paraná, em São Paulo e no Espírito Santo).
- Redução da taxa de juros.
- Valorização do trabalho, pois isso gera um círculo virtuoso do emprego: mais emprego aquece o mercado interno, assim, este aumenta a produção, que, por sua vez, gera novos postos de trabalho.

Sérgio Augusto, Diretor, representando Rogério Fernandes, Presidente da Força Sindical de Minas Gerais

Principais sugestões apresentadas

- Exigência de contrapartida de manutenção dos empregos das empresas que se utilizam de recursos públicos.
- Criação de condições para disponibilização dos terrenos das prefeituras de forma a viabilizar o programa federal de construção de casas populares; Minha Casa, Minha Vida.
- Fortalecimento das Comissões Municipais de Emprego, para que se discuta a política de trabalho, emprego e renda nos Municípios.
- Esforço para a manutenção do veto à Emenda nº3 do Projeto de Lei Federal nº6.272, de 2005, que dispõe sobre a Administração Tributária Federal. A referida emenda tem o propósito de descaracterizar o vínculo empregatício na prestação de serviços por pessoas jurídicas.

Leonardo Vítor Siqueira, Secretário para Assuntos Jurídicos, representando Paulo César Dias Souza, Presidente da UGT

O representante da UGT, Leonardo Vítor, considera indispensável a participação do Estado no enfrentamento da crise, pois o modelo neoliberal adotado na última década estaria superado. O Estado, também, deveria ser promotor de inclusão social a fim de combater a grande concentração de renda no País. Nessa

vertente, deveria-se discutir a questão do salário do funcionalismo público, pois a maioria dos trabalhadores recebe menos do que um salário mínimo.

Ressaltou que, no Brasil, a carga tributária é elevada se comparada à contrapartida do Estado na oferta de bens e serviços públicos.

Destacou, ainda que as questões ambientais não podem ser responsabilizadas pelos entraves ao desenvolvimento econômico, pois seria importante uma atitude responsável em relação à preservação ambiental.

Finalmente, com o objetivo de ressaltar a importância do micro-crédito, foi relatado o estudo do professor Muhammad Yunus, de Bangladesh, ganhador do Nobel da Paz em 2006 pelo projeto Grameen Bank. Ele foi o criador do conceito e operacionalizou o primeiro banco popular da Índia.

Principais sugestões apresentadas

- Rediscussão do pacto federativo, pois o Município é a fonte primária da arrecadação e fica com a menor parcela do bolo tributário.
- Desoneração tributária para fortalecer o mercado interno.
- Fomento ao microcrédito, visando à promoção da inclusão social.

Murilo Ferreira da Silva, Diretor, representando Gilson Luiz Reis, Presidente da CTB

O representante da CTB, Murilo Ferreira, destacou que a crise do capitalismo aponta para alternativas de solução em dois sentidos opostos:

- mais concentração de renda, por meio da especulação, reafirmando o neoliberalismo pela via da exacerbação do capital; ou
- a adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico baseado na valorização do trabalho.

Ressaltou, ainda, que somente seria possível superar a crise com o fortalecimento do papel do Estado, principalmente quanto à sua capacidade de intervir nas questões sociais, pois considera esse fator fundamental para o desenvolvimento de qualquer novo modelo de desenvolvimento econômico e para a criação de uma nação soberana que, além de gerar riqueza e renda, tenha como compromisso a sua distribuição mais justa e equânime.

Além disso, citou a integração latino-americana como necessária à superação da crise, pois possibilitaria o desenvolvimento autônomo e soberano do continente, promovendo o intercâmbio intelectual, tecnológico, cultural e comercial de forma a fortalecer os países.

Principais sugestões apresentadas

- Implementação de medidas capazes de fortalecer o mercado interno.
- Implementação da reforma agrária.
- Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

Deputados

Dep. Domingos Sávio

O Deputado Domingos Sávio salientou que, apesar de ser oportuna a discussão sobre a reforma agrária nos Estados e até mesmo nos Municípios, é necessário haver uma política de reforma agrária nacional.

Além disso, destacou a necessidade de rediscussão do pacto federativo, afirmando que a União concentra quase 70% dos recursos do País, inviabilizando uma atuação mais efetiva dos Estados e dos Municípios no combate aos efeitos da crise econômica.

Dep. Wander Borges

O Deputado Wander Borges destacou sua preocupação com o impacto da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – sobre as receitas municipais. Ele teme que os Municípios tenham que reduzir a prestação de alguns serviços essenciais, ocasionando demissões.

Também, considerou que os recursos públicos deviam ser melhor repartidos entre os entes federados, reduzindo a concentração na União. Sugeriu a ampliação

dos recursos disponibilizados para os Municípios de forma a melhorar a produtividade do setor público.

Dep. Carlin Moura

O Deputado Carlin Moura sugeriu a realização de uma análise segmentada do impacto da crise no mercado de trabalho em Minas Gerais, incluindo o número de desempregadas entre as mulheres chefes de família, que seria inserida no relatório final da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional. Também sugeriu incluir, no relatório final, o levantamento do número de demissões realizadas pelas empresas mineiras, de outubro até hoje, comparando com o lucro líquido dessas empresas, com ênfase nos setores siderúrgico, automobilístico e agrícola.

Principais sugestões apresentadas

- Isenção das tarifas de água e luz para os desempregados.
- Redução da jornada de trabalho sem a redução do salário.
- Ratificação da Convenção 158 da OIT.
- Acompanhamento das demissões efetuadas pelas prefeituras municipais, tendo em vista que o governo federal vem buscando suplementar o valor repassado por meio do Fundo de Participação dos Municípios a fim de alcançar os valores médios aplicados em 2008.

Dep. Rosângela Reis

A Deputada Rosângela Reis ressaltou que se deve buscar soluções criativas para a crise, encontrando veias no setor produtivo capazes de criar outros modos produtivos passíveis de gerar trabalho e renda.

Dep. Antônio Júlio

O Deputado Antônio Júlio defendeu a rediscussão do pacto federativo com vistas a viabilização da reforma tributária.

Ademais, ressaltou que o setor da siderurgia está altamente capitalizado e que poderia arcar com o ônus proveniente da redução das exportações. Citou, ainda, que a empresa Vale estaria optando pelo aumento da exportação do minério da mina de Carajás, no Pará, em detrimento de Minas Gerais.

Dep. Sebastião Helvécio

Principais questões apresentadas

O deputado Sebastião Helvécio enfatizou que o investimento público é um mecanismo fundamental de enfrentamento da crise.

A partir de uma análise da audiência pública sobre os impactos da crise no mercado de trabalho, o Deputado ressaltou que houve dois consensos extraídos das falas dos expositores:

- é preciso ter um Estado do tamanho necessário para melhorar a qualidade de vida das pessoas; e
- é fundamental que se afirme o primado do trabalho sobre o capital no enfrentamento da crise.

Explicitou a importância dos bancos públicos para dar sustentação às ações de governo, considerando esta como uma vantagem comparativa do Brasil em relação aos outros países.

O deputado também considerou pontuais e importantes para o enfrentamento da crise a oferta de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – para a promoção do crédito pelos bancos públicos, o aumento do salário mínimo e os investimentos em proteção social, medidas que foram adotadas pelo governo federal.

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged –, ressaltou que, no Brasil, é muito fácil demitir um trabalhador. Os dados revelam que, por ano, são demitidos 15 milhões e admitidos 15,6 milhões de trabalhadores, totalizando mais admissões do que demissões. Dessa forma, o Deputado questiona se o objetivo das demissões não seria a redução da massa salarial.

Ademais, considerou a proposta da redução da jornada de trabalho sem redução do salário como uma alternativa para o enfrentamento da crise econômica.

Solicitações e Requerimentos apresentados

1) Do Deputado Domingos Sávio para o presidente da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Requerimento

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, que seja encaminhada ao Governador Aécio Neves solicitação de abertura de linha de crédito especial às cooperativas mineiras, por meio do BDMG, em razão das graves dificuldades vividas especialmente pelas cooperativas de produtores de leite diante da insolvência de um grande comprador do Estado de São Paulo, que gerou prejuízo direto a mais de 12 mil produtores, alcançando 30 cooperativas agropecuárias. Solicita ainda ao BDMG informação sobre as linhas de crédito disponibilizadas pelo banco para pequenas e microempresas e para cooperativas e associações de produção.

2) Do Deputado Domingos Sávio para o presidente da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Requerimento

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Governador Aécio Neves providências no sentido de permitir que os convênios do Governo do Estado com as Prefeituras Municipais, com destinação de recursos do Governo do Estado, deixem de exigir a obrigatoriedade de contrapartida orçamentária própria do Município.

Justificação: Diante da queda de arrecadação, que afetou gravemente os orçamentos municipais, a exigência de contrapartida poderá inviabilizar as parcerias, especialmente nos menores Municípios.

3) Do Deputado Domingos Sávio para o presidente da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Requerimento

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, que seja informado, por meio da assessoria desta comissão, ouvidas as representações do setor de mineração e metalurgia, e a partir de pesquisa e coleta metódica de dados, o percentual de custo do minério de ferro e demais insumos e do transporte na composição global da tonelada de ferro gusa e ainda o preço praticado para operações de exportação do minério e para o mercado interno.

4) Do Deputado Domingos Sávio para o presidente da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Requerimento

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhada ao Governador do Estado solicitação para que sejam adotadas para efeito da celebração de convênios entre o Estado e os Municípios, as mesmas flexibilizações adotadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - no que diz respeito à exigência de certidões negativas.

5) Do Deputado André Quintão para o presidente da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Requerimento

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja realizada audiência pública para discutir os impactos da crise econômica sobre as políticas públicas do Estado.

O objetivo é avaliar se houve redução no financiamento das políticas sociais em função da queda na receita tributária do Estado.

6) Do Deputado Wander Borges para a assessoria da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Solicitação

Realização de análise sobre a redução das receitas municipais e o impacto destas sobre os limites de gastos com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

7) Do Deputado Wander Borges para a assessoria da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Solicitação

Levantamento sobre o percentual de lucro sobre o Patrimônio Líquido dos bancos do País nos últimos anos.

8) Do Deputado Antônio Júlio para a assessoria da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Solicitação

Levantamento das exportações da Vale do Rio Doce por Minas Gerais e pelo Pará.

9) Do Deputado Sebastião Helvécio para a assessoria da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Solicitação

Levantamento sobre a redução do IPI e a possível compensação das receitas municipais por meio do aumento do ICMS.

10) Do Deputado Sebastião Helvécio para a assessoria da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Solicitação

Solicito que seja formalizado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de estudo para se verificar se, na mudança do regime de tributação efetuada pela Petrobras, do regime de competência para o regime de caixa, medida que fez reduzir a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - transferida aos Estados e Municípios, houve ou há algum ilícito, no que se refere ao recolhimento de tributos, ou se se trata de uma estratégia comercial que pode ser acolhida pela Receita Federal.

11) Do Deputado Sebastião Helvécio para a Secretaria de Estado de Fazenda

Solicitação

Solicitar informações da Secretaria de Estado de Fazenda sobre a compensação de crédito tributário e a consequente redução de repasses da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide - aos Estados e Municípios.

12) Do Presidente da Fetaemg - Vilson Luiz da Silva para a assessoria da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Solicitação

Levantamento sobre a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no País.

13) Do Secretário para Assuntos Jurídicos da União Geral dos Trabalhadores - UGT - Leonardo Vítor Siqueira - para a assessoria da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional

Solicitação

Solicitação, por meio da Comissão, de esclarecimentos acerca dos contratos de mineração de lavra com as mineradoras, dos impostos que incidem sobre o setor e da repartição desses recursos entre os entes da federação.